



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| <b>data</b><br><b>25.05.2011</b> | <b>PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.</b> |
|----------------------------------|-------------------------------------|

|              |                         |
|--------------|-------------------------|
| <b>Autor</b> | <b>nº do prontuário</b> |
|--------------|-------------------------|

|                     |                        |                        |                   |                               |
|---------------------|------------------------|------------------------|-------------------|-------------------------------|
| <b>1 Supressiva</b> | <b>2. Substitutiva</b> | <b>3. Modificativa</b> | <b>4. Aditiva</b> | <b>5. Substitutivo global</b> |
|---------------------|------------------------|------------------------|-------------------|-------------------------------|

|                             |                   |                        |               |               |
|-----------------------------|-------------------|------------------------|---------------|---------------|
| <b>Página</b>               | <b>Artigo: 9º</b> | <b>Parágrafo único</b> | <b>Inciso</b> | <b>Alínea</b> |
| <b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b> |                   |                        |               |               |

### EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 9 o parágrafo único no PL no. 8.035/2010 com a seguinte redação:  
Parágrafo Único: No primeiro ano de vigência desta Lei, o Ministério da Educação promoverá amplo debate nacional para definir os parâmetros do Custo Aluno-Qualidade para níveis, etapas, modalidades e tempos pedagógicos, os quais servirão de referência para as subseqüentes dotações orçamentárias previstas no caput deste artigo.

### JUSTIFICAÇÃO:

A única forma de melhorar o padrão de qualidade do ensino no Brasil é se assegurar a definição do Custo Aluno-Qualidade, que deve passar a balizar o padrão de financiamento da educação em complemento ao princípio da vinculação constitucional de recursos e ao FUNDEB.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2011

PARLAMENTAR